

-----ATA N.º 6/2025-----

-----Aos dezasseis dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Miguel da Costa Cunha.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, secretariado pelas Senhoras Deputadas Liliana da Cruz Marques e Hélia Susana Granjal Trindade, na qualidade de primeira e segunda secretárias, respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente e aos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão.-----

-----De seguida, deu conhecimento que a Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número oitenta e três, datado de dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias doze e dezanove de dezembro, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado Agostinho Augusto Santos.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta Sessão os seguintes membros:**-----

-----Rosa Maria Cunha Veloso;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Liliana da Cruz Marques;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----José Rocha Gonçalves;-----
-----Paulo Manuel Lopes Achando; -----
-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
-----Pedro Almeida Santos;-----
-----Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----
-----Hélia Susana Granjal Trindade; -----
-----Frederico Manuel Martins de Sena; -----
-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----
-----Gabriela Tomás Rodrigues;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes; -----
-----Sérgio Rafael Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----
-----João Manuel Loureiro da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Maria de Fátima dos Santos Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----Cristina Ferreira Fino, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Maria Goreti da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----Nuno Miguel Lopes Valente Xavier, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltaram a esta Sessão os seguintes membros:**-----

-----Agostinho Augusto Santos, em substituição da Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos;-----

-----Nelson Pina Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão. -----

-----Estiveram presentes nesta Sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores, Teresa Ferrão Cardoso, Emanuel de Almeida Proença Barata, José Alfredo de Almeida Silva e Ana Cristina Dias Pires. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente procedeu à abertura de um período de

antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, no dia anterior, realizou-se uma reunião informal com representantes das duas bancadas, PS e PPD/PSD, com o objetivo de preparar a Sessão da Assembleia Municipal, atendendo ao facto de a Comissão Permanente ainda não se encontrar constituída.-----

-----Informou, igualmente, que no fim de semana transato teve lugar, em Viana do Castelo, o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, do qual resultou a eleição do Conselho Diretivo, presidido pelo Senhor Presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão. Referiu ainda que tanto o Executivo Municipal, como a Assembleia Municipal estiveram representados no referido congresso, tendo sido questionados sobre o sismo ocorrido em Celorico da Beira. Felizmente tratou-se apenas de um susto, não se tendo registado qualquer fatalidade. Nessa sequência, deixou uma palavra de força e solidariedade a todos os celoricenses. -----

-----Em seguida, questionou os Senhores Deputados Municipais sobre a intenção de apresentarem a constituição dos Grupos Municipais, nos termos do n.º 2, do art.º 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal. Informou ainda que, nos termos do n.º 4 do citado artigo, os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal devem comunicar esse facto ao Presidente da Assembleia, exercendo o respetivo mandato na qualidade de independentes. -----

-----Foi entregue à mesa a constituição do Grupo Municipal da Bancada do PPD/PSD, bem como da Bancada do PS. -----

-----Questionados os presentes sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Coelho** que proferiu a intervenção que a seguir se transcreve:-----

-----“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----
-----Senhoras Secretárias da Mesa, -----
-----Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----
-----Senhoras e Senhores Vereadores, -----
-----Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
-----Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Funcionários do
Município, -----
-----Minhas Senhoras e Meus Senhores aqui presentes e a todos os que
nos acompanham em direto, *online*, -----
-----Tomo a palavra para assinalar, com sentido de justiça e
responsabilidade institucional que este período nos permite, três distinções
recentes que honram Celorico da Beira e que projetam o concelho para lá
das suas fronteiras.-----
-----Em primeiro lugar, a atribuição do estatuto **PME Excelência 2024**,
pelo IAPMEI, a duas empresas celoricenses – Top Trans-transitários, Lda e
Transportes Rodoceloricense, S.A. – um reconhecimento que valoriza o
mérito, o desempenho e a capacidade competitiva do nosso tecido
empresarial, fundamental para sustentar emprego, investimento e riqueza
num território do interior. -----
-----Em segundo lugar, a distinção pelo segundo ano consecutivo, com a
Bandeira Verde, como “**Autarquia + Familiarmente Responsável**”,
atribuída pelo Observatório das autarquias familiarmente Responsáveis. ----
-----Este galardão traduz, de forma clara, que as políticas municipais de
apoio às famílias, de proximidade social e de conciliação entre a vida
profissional e familiar não são meras intenções: são medidas concretas,
com resultados e que fazem diferença no quotidiano das pessoas. -----
-----Em terceiro lugar, a distinção “**Território da Longevidade 2024**”,
atribuída pela Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do
Centro (**CCDR Centro**), no âmbito de um estudo desenvolvido com a
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que reconhece as
condições criadas para um envelhecimento mais saudável, ativo e com

qualidade. Num concelho onde a população sénior tem um peso significativo, este reconhecimento não é simbólico; este reconhecimento é um sinal de que se estão a construir respostas e a criar oportunidades para que ninguém fique para trás.-----

-----Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, -----

-----Estas distinções têm um valor acrescido por serem atribuídas por **instituições externas ao Município**, com critérios próprios e avaliação independente. São reconhecimentos que se conquistam com trabalho, com planeamento, com coerência. E, convenhamos, **não se encomendam nem se “compram”**. E isto deve ser dito com clareza, porque é precisamente essa independência que dá credibilidade ao mérito reconhecido.-----

-----Num município do interior, onde tantas vezes se tenta normalizar a dificuldade e onde o caminho é sempre mais exigente, estas distinções representam prestígio, reforço de confiança e capacidade de atração; seja de investimento, seja de pessoas, seja de novas dinâmicas. Mas, acima de tudo, representam **impacto real na vida das populações**: mais apoio social, melhores serviços, políticas mais próximas e uma estratégia que valoriza quem cá vive e quem cá trabalha. -----

-----Quero, por isso, registar publicamente o reconhecimento pelo **trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal**, pela forma como tem sabido afirmar Celorico da Beira com seriedade, ambição e foco nas pessoas, e também pela articulação que, muitas vezes, é feita com as freguesias e com os diversos atores locais, indispensáveis para transformar políticas em resultados. -----

-----Que estas distinções sejam motivo de orgulho, mas também de responsabilidade, para continuarmos a elevar a fasquia e a provar que no interior há futuro quando há visão quando há compromisso quando há trabalho. -----

-----Muito obrigado.-----

-----Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----Foi dada a palavra à Senhora **Deputada Rosa Veloso** que começou por endereçar a todos votos de Boas Festas.-----

-----Prosseguiu dizendo que não identificou qualquer obra da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara que, no seu entendimento, merecesse reconhecimento ou felicitação, esclarecendo que tal posição decorre de uma postura crítica e não de qualquer intenção de carácter pessoal. Acrescentou que, sendo ambos licenciados em Filosofia, conhece bem o método da maiêutica socrática, entendida como a arte de fazer nascer o conhecimento através do pensamento crítico. Considera que a indiferença e a passividade conduzem ao marasmo e ao retrocesso e, em tudo o que abraça, procura aprender através do questionamento, da dúvida e da denúncia, citando Sophia de Mello Brayner Andresen “Vemos, ouvimos e lemos, Não podemos ignorar”.-----

-----De seguida, disse que na presente sessão será aprovado o Orçamento Municipal para o próximo ano. Um orçamento, que José Sócrates poderia aceitar, porém, segundo o entendimento do Grupo Municipal do PS, por motivos que serão elencados posteriormente, revela-se lesivo aos interesses dos celoricenses. Essa posição já foi manifestada pelo Senhor Vereador Dr. Emanuel Barata. -----

-----Continuou, mencionando que, na passada sexta-feira, o Senhor Presidente da Câmara promoveu um jantar de Natal com os colaboradores da Câmara Municipal. Acrescentou, ainda, algumas considerações relativamente ao processo de avaliação e requalificação dos trabalhadores municipais, que, no seu entender, foi efetuado de forma tardia e inadequada. Referiu que o procedimento em causa deveria ter sido realizado até ao mês de abril, contudo foi protelado para evitar que quem ficasse insatisfeito com a classificação atribuída não colaborasse no processo de reeleição. Agora será efetuado o pagamento de doze meses de retroativos, montante que não será recebido na sua totalidade pelos trabalhadores. Tal situação poderá implicar a subida de escalão de IRS, resultando num acréscimo da carga fiscal e na afetação de uma parte

significativa do valor ao fisco. Salientou que essa circunstância representa uma excelente prenda para o Governo do partido do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Ainda relativamente ao jantar de Natal, mencionou que os trabalhadores do Município são cerca de trezentos, contudo, verificou-se a presença de menos de duzentos, tendo muitos colaboradores desistido de comparecer, o que poderá ser resultado de descontentamento. Mencionou, ainda, que, no presente ano, os trabalhadores estavam impedidos de se fazerem acompanhar pelos respetivos cônjuges, uma vez que no convite constava a seguinte menção: *“O número de colaboradores da Autarquia aumentou substancialmente, pelo que a referida ceia será destinada, exclusivamente, aos respetivos funcionários”*. Nessa sequência, solicitou esclarecimentos quanto ao número de funcionários com contrato individual de trabalho e contrato coletivo, bem como os trabalhadores contratados a termo, em regime de tarefa e avença e ainda os que se encontrem em qualquer outra situação contratual. Afirmou que o elevado número de contratações efetuadas teve como principal objetivo a reeleição, sem acarretar custos pessoais, mas implicando encargos significativos para o Município e para os celoricenses. Esclareceu que estas declarações não visam desvalorizar ou criticar o trabalho dos funcionários municipais, mas sim a atuação do Senhor Presidente da Câmara, Carlos Ascensão, que apenas utilizou as contratações como instrumento para fins eleitorais. Referiu, ainda, que tais contratações são a principal obra desenvolvida ao longo de oito anos de mandato à frente dos destinos de Celorico da Beira. No entanto, com o passar do tempo, será verificado que essas contratações são uma ilusão. Após as eleições não foram renovados alguns contratos de trabalho e outros não serão, igualmente, renovados, porque o índice de sustentabilidade potencial da população de Celorico da Beira não suporta o elevado nível de despesa. Recordou o ano de dois mil e dezassete, período em que a Câmara Municipal se encontrava em situação de falência e necessitou recorrer a empréstimos para saneamento das contas municipais.

Salientou que o orçamento previsto para o próximo ano é superior ao de dois mil e dezassete, ascendendo a cerca de vinte e seis milhões de euros, quando no início do Executivo PSD o orçamento rondava pouco mais de onze milhões de euros. Portanto, em apenas oito anos, o orçamento municipal mais que duplicou e tendo em conta que, dentro de quatro anos, o Senhor Presidente da Câmara já não se pode recandidatar, receia que a responsabilidade pela futura situação financeira recaia sobre os executivos seguintes. -----

-----De seguida, fez referência à inauguração do Campo de *Padel* de Celorico da Beira, ocorrida no passado dia seis. Nesse dia, a referida infraestrutura foi considerada pelo Senhor Presidente da Câmara como uma mais-valia para o Concelho afirmando o que passou a citar “*É uma modalidade desportiva com grande aceitação na população portuguesa*”. Apesar de reconhecer a crescente procura desta modalidade, a mesma verifica-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, sendo que, nas zonas do interior, a sua prática é maioritariamente associada a uma população de classe socioeconómica mais elevada e com idade inferior a cinquenta anos. Salientou que o Concelho de Celorico da Beira apresenta uma população envelhecida, em que a maioria dos residentes tem mais de sessenta anos. Portanto, o saldo natural da população é negativo, uma vez que o número de nascimentos não compensa o número de óbitos, não se verificando, por conseguinte, uma efetiva renovação populacional. O ligeiro aumento do número de residentes deve-se, essencialmente, ao regresso de migrantes, citando a expressão: “*todas as aves migratórias sabem o caminho de regresso.*” Nesse contexto, solicitou esclarecimentos quanto ao número de munícipes de Celorico da Beira que praticam, atualmente, a modalidade de *Padel*. Questionou, igualmente, quem dispõe de capacidade financeira para suportar os valores praticados, designadamente doze euros por hora e oito euros por trinta minutos. Caso exista a intenção de incentivar a prática da modalidade, considera que o preço deveria ser reduzido para metade, fixando-se em seis euros por hora e quatro euros por trinta minutos. Caso

contrário, os celoricenses acabam por suportar o custo de uma infraestrutura que será utilizada por um número reduzido de utilizadores, tornando-se acessível apenas a uma elite. Além disso, o Campo de *Padel* não dispõe de cobertura, numa vila caracterizada por vários meses de frio e chuva, o que limita a sua utilização ao longo do ano. Acrescentou que o Parque onde se encontra instalado apresenta um reduzido tempo de vida útil, fraca iluminação e já foi alvo de vandalismo. Contudo, reiterou o apelo para a redução do valor a pagar pela utilização do campo, para metade do preço atualmente praticado, ou, em alternativa, para a criação de diferenciação tarifária por faixas etárias, sob pena de o investimento se revelar num uso ineficiente de recursos públicos.-----

-----Continuou, mencionando que, enquanto se verificam investimentos noutras áreas, a população idosa continua sem acesso a um serviço de saúde digno e diário, uma vez que o serviço de urgência permanece encerrado. Nesse sentido, questionou se o Senhor Presidente não se compadece com as dificuldades enfrentadas pelos idosos provenientes de freguesias mais recônditas, que se deslocam antes das oito horas da manhã com o objetivo de obter uma das poucas senhas disponíveis para consultas diárias. Acrescentou ainda que, aos fins de semana, raramente se encontra um médico de serviço. Referiu, também, que existem médicos disponíveis, embora não se encontrem colocados no Centro de Saúde. Nesse contexto questionou se o Senhor Presidente tem conhecimento da possibilidade de contratação de médicos em regime de avença, sugerindo que fossem seguidos os bons exemplos existentes no Concelho, nomeadamente em algumas Juntas de Freguesia, onde esse tipo de contratação já se encontra em prática.-----

-----Prosseguiu, dizendo que, ao início da noite de sábado foi vivenciado um sismo em Celorico da Beira, fenómeno que sendo raro, contrasta com a realidade dos incêndios que podem ser considerados como sistémicos. Referiu, ainda, que todos puderam ouvir o responsável municipal pela Proteção Civil afirmar que não existia qualquer necessidade de proceder à

distribuição de *kits* de emergência à população idosa. Mais disse se o Senhor Presidente da Câmara, durante a campanha eleitoral, não se apercebeu da existência de várias freguesias com poucos habitantes, maioritariamente envelhecidos e quase abandonados. Nesse sentido, defendeu que se fizesse um investimento na segurança da população mais exposta a problemas de saúde e de solidão, nomeadamente através da distribuição dos denominados “botões de pânico”, já implementados nas freguesias da Guarda e do Sabugal, o que contribuiria para reduzir os receios da população mais vulnerável.-----

-----Alertou, também, para a necessidade urgente de intervenção na sinalização horizontal das estradas municipais, designadamente a pintura das faixas de rodagem e das bermas, salientando que se trata de uma solicitação que tem vindo a ser apresentada há vários anos. Referiu que, tendo em conta as condições climatéricas rigorosas do inverno, marcado por geadas, chuva, nevoeiro e, pontualmente, neve, a melhoria da sinalização contribuiria significativamente para uma condução mais segura e facilitada para todos e até para o Senhor Presidente.-----

-----Seguidamente referiu-se à intervenção do líder da bancada do PSD em que apresenta um regozijo pelo facto de Celorico da Beira ter sido distinguido com a Bandeira Verde do Apoio às Famílias, acrescentando que, no entanto, essa distinção foi atribuída a todos os concelhos que participaram no respetivo evento. Relativamente à distinção associada às boas condições oferecidas à população idosa, considerou existirem ainda várias carências que importa identificar e resolver, pois deveria ser garantido aos idosos o acesso a cuidados de saúde rápidos e dignos, uma vez que essas condições são essenciais num Concelho cuja população é maioritariamente envelhecida.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Coelho, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** congratulou-se pelo reconhecimento do desempenho das pequenas e médias empresas do

Concelho, considerando que este reconhecimento evidencia o bom trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, nomeadamente no incentivo ao empreendedorismo e à criação de novas empresas, áreas que ainda apresentam lacunas a superar. Referiu, ainda, que o trabalho realizado ao longo dos anos tem sido consistente e relevante para o desenvolvimento económico do Concelho, contribuindo para o fortalecimento do tecido empresarial local, ao contrário do que a Senhora Deputada Rosa Veloso afirmou na sua intervenção, a qual revelou muita ignorância sobre diversos assuntos do Concelho, acabando por expor situações que são falácias. Na ausência de argumentos, recorre ao argumento *ad hominem*, atacando as pessoas.-----

-----Quanto ao reconhecimento da Autarquia Familiar, mencionou que a Autarquia tem apostado na longevidade e no apoio à população idosa. Referiu que apenas vinte e cinco Autarquias foram reconhecidas a nível nacional com essa distinção, sublinhando que este reconhecimento constitui motivo de orgulho para o Concelho. Relembrou que as situações anteriormente mencionadas, pela Senhora Deputada, não são recentes e já se verificavam há vários meses. Acrescentou que, durante o último processo eleitoral, foram apresentados programas que foram submetidos ao veredito popular, sendo conhecido o resultado da escolha maioritária da população. Referiu, ainda, que, quando assumiu funções há oito anos, a Câmara Municipal apresentava um contexto financeiro complexo, com uma dívida colossal decorrente da gestão anterior de vinte e quatro anos, e que foi necessário adotar medidas responsáveis para assegurar a estabilidade financeira e o funcionamento regular da Autarquia. Mencionou ainda que, a Senhora Deputada, fez críticas a anteriores governações nacionais, referindo-se ao Eng.º José Sócrates, seu correligionário, que sustentou políticas que contribuíram para as dificuldades económicas vividas pelo País, incluindo a situação de banca rota, tendo a Senhora Deputada sido uma feroz crítica das políticas socialistas nos últimos anos. Acrescentou que, apesar das divergências políticas, o Concelho deve sentir-se orgulhoso

sempre que é reconhecido por práticas e resultados positivos, em contraste com períodos em que era maioritariamente associado a situações negativas. Salientou que tudo o que seja favorável ao desenvolvimento do Concelho e ao bem-estar da população deve merecer consenso e união entre os eleitos, considerando que esse deverá ser o espírito orientador da ação política local. Referiu que a democracia assenta na escolha dos eleitores, sublinhando que os resultados eleitorais refletem a vontade da população e devem ser respeitados por todos os intervenientes. Recordou que, nos últimos atos eleitorais Autárquicos, o PSD obteve sucessivamente uma maioria relativa no primeiro mandato, uma maioria absoluta reforçada no segundo mandato e uma maioria ainda mais alargada no terceiro mandato, considerando que estes resultados demonstram a confiança reiterada dos eleitores no projeto político apresentado. -----

-----Em relação à referenciação da população idosa, afirmou que o Concelho de Celorico da Beira foi pioneiro na celebração de um protocolo com o Comando Territorial da GNR da Guarda, destinado à georeferenciação de idosos, com vista ao reforço da segurança e do acompanhamento da população mais vulnerável. Referiu ainda que, em dois mil e dezassete, depararam-se com um Concelho em situação de colapso, com diversos serviços a funcionar de forma deficiente. Reconheceu que subsistem áreas que carecem de melhoria, destacando o setor da saúde e manifestou o desejo de que os serviços funcionem de forma mais eficaz. Acrescentou que os constrangimentos existentes na área da saúde constituem um problema de âmbito nacional, com situações particularmente graves a ocorrer em diversos pontos do País. Referiu que, embora fosse desejável a existência de médicos permanentes e de um serviço de urgência a funcionar vinte e quatro horas por dia, tal situação não é da responsabilidade direta do Executivo Municipal. Salientou que se têm desenvolvido esforços no sentido de melhorar as respostas existentes, manifestando satisfação pelo trabalho realizado pelas Juntas de Freguesia, numa articulação e cooperação institucional. Considerou positiva a

descentralização de serviços e reafirmou a disponibilidade do Executivo para colaborar com todas as Juntas de Freguesia que consigam encontrar soluções no âmbito da saúde. Embora a Autarquia deva manter uma postura empenhada e reivindicativa, a responsabilidade pela prestação dos cuidados de saúde cabe à tutela, designadamente ao Ministério da Saúde e ao Governo Português.-----

-----No que respeita o aumento da população do Concelho referiu que não resulta apenas do regresso de munícipes para usufruírem da sua reforma, mas também da chegada de pessoas provenientes de outros países e de outras regiões, sendo desenvolvido um esforço no sentido da sua integração na comunidade local.-----

-----Relativamente ao Jantar de Natal do Município, afirmou que se realizou à semelhança de anos anteriores, com um número de participantes aproximadamente idêntico. Referiu que estiveram presentes cerca de cento e oitenta pessoas, não sendo possível acolher um número significativamente superior de participantes, atendendo a que a Autarquia conta com aproximadamente duzentos e setenta funcionários. Sublinhou que, caso todos os funcionários e respetivos familiares estivessem presentes, não existiria capacidade para os receber no mesmo espaço, sendo, por isso, a opção adotada considerada a mais adequada face às limitações existentes. -----

-----Quanto ao número de trabalhadores da Autarquia, considera desajustada a ideia de que tenha existido um aumento excessivo, salientando que o que se verificou foi, sobretudo, um alargamento significativo das competências da Câmara Municipal e, consequentemente, do número de serviços prestados. Acrescentou que, caso esse reforço de recursos humanos corresponda a necessidades reais, considera isso positivo, uma vez que contribui para a fixação de jovens no Concelho. Mencionou ainda que, apesar do aumento das responsabilidades e dos custos associados ao funcionamento da Autarquia, a situação financeira tem vindo a melhorar de forma consistente, com uma redução progressiva

da dívida e um reforço da estabilidade financeira. Salientou que o crescimento do orçamento municipal, que passou de cerca de dez milhões de euros, em dois mil e dezoito, para aproximadamente vinte e cinco milhões de euros, atualmente, constitui um sinal de crescimento e desenvolvimento do Concelho, que se deve, em grande medida, ao acréscimo de competências transferidas para a Autarquia, nomeadamente nas áreas da Educação e da Ação Social. Acrescentou que o orçamento municipal integra verbas destinadas ao financiamento de trabalhadores cujos encargos são parcialmente suportados por mecanismos da segurança social, bem como a um maior volume de investimentos e obras em execução. Considerou que reduzir a discussão do investimento municipal ao aumento do número de trabalhadores constitui uma análise incompleta da realidade financeira e funcional da Autarquia. Nesse sentido, solicitou que lhe fosse apresentada a lista de pessoas que estavam contratadas e às quais não foi renovado o contrato. Referiu ainda que tem vindo a ser desenvolvido um percurso de melhoria, desenvolvimento e evolução, destacando a dinâmica do Parque Industrial A25. Informou que duas empresas iniciarão atividade no mês de janeiro, que outras duas já apresentaram intenção de se instalar no Concelho, tendo essa pretensão sido aprovada, e que mais duas propostas serão submetidas a aprovação na próxima reunião de Câmara. Observou ainda que, durante vinte e quatro anos de governação socialista não se verificaram investimentos estruturantes relevantes na criação de emprego ou na captação de grandes investimentos empresariais, sublinhando que a situação financeira então existente condicionava fortemente a capacidade de intervenção da Autarquia. Desde o tempo do Presidente de Câmara, Eng.º Faria de Almeida, que não houve nenhum investimento substancial em criação de postos de trabalho, tendo sido a *Mey Têxteis* a última grande empresa a fixar-se no Concelho. Referiu que iniciou funções há cerca de oito anos, num contexto de forte estrangulamento financeiro, com uma dívida de aproximadamente vinte milhões de euros. Presentemente, o nível de

endividamento situa-se em cerca de oito milhões de euros, valor significativamente inferior aos limites legais, permitindo inclusive o eventual recurso ao crédito, caso venha a ser considerado necessário. Assinalou que os orçamentos municipais têm sido elaborados em equilíbrio entre receitas e despesas e em cumprimento rigoroso dos critérios legais aplicáveis. Referiu ainda que as contas da Autarquia são objeto de fiscalização pela Direção-Geral das Autarquias Locais e pelo Tribunal de Contas, não tendo sido apontadas irregularidades, destacando o contributo técnico e profissional dos trabalhadores da Câmara Municipal para o bom funcionamento dos serviços.-----

-----Sobre as críticas efetuadas aquando da inauguração dos campos desportivos, designadamente do Campo de *Padel*, referiu que não corresponde à realidade a ideia de que este tipo de equipamento existe apenas nos grandes centros urbanos, salientando que infraestruturas semelhantes já se encontram disponíveis noutros concelhos, como Trancoso, Fornos de Algodres, Guarda e Viseu, defendendo que a população local tem direito a usufruir de condições equivalentes. Esclareceu que o valor de doze euros por hora corresponde à utilização do campo por quatro pessoas, o que representa um custo individual reduzido, considerando que esta opção contribui também para a valorização e preservação do espaço. Referiu, ainda, que a obra efetuada integrou a regeneração do parque onde os campos se inserem, tendo sido, pela sua natureza, uma solução ao ar livre. Quanto à instalação das redes de proteção em torno dos campos, que foi muito criticada, esclareceu que esta medida visa garantir a segurança dos utilizadores e dos transeuntes, assegurando o controlo das bolas e prevenindo situações de risco, nomeadamente junto das zonas de circulação pedonal e rodoviária. Referiu que o investimento realizado conta com o apoio financeiro de uma empresa de âmbito nacional, à semelhança do que ocorreu noutras intervenções no Concelho, como no espaço do Jardim das Magnólias. Acrescentou que a disponibilização destes equipamentos desportivos tem como objetivo a

promoção da qualidade de vida e da saúde da população, destacando a importância da prática desportiva para todas as faixas etárias. Salientou que os Campos de *Padel*, Basquetebol e Futebol de Quatro se encontram acessíveis à população em geral, sendo que o controlo no acesso ao Campo de *Padel* se justifica por razões de preservação do equipamento e de prevenção de atos de vandalismo, atendendo às suas especificidades. Referiu, ainda, que a utilização ao ar livre se revela particularmente adequada nos períodos de condições climáticas favoráveis, manifestando a expectativa de uma elevada taxa de utilização, sobretudo na primavera e no verão. Acrescentou que tem observado uma utilização regular dos restantes campos desportivos por crianças e jovens, considerando que esse facto justifica plenamente o investimento realizado. Reconheceu que subsistem ainda várias necessidades a suprir no Concelho, reafirmando a vontade do Executivo em continuar a melhorar as respostas existentes, dentro das capacidades e do tempo disponíveis, manifestando o desejo de que futuros Executivos possam dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido. -----

-----Retomando a questão dos serviços de saúde, afirmou que são conhecidos os problemas existentes e está a ser desenvolvido um trabalho com vista à sua melhoria. Mencionou que a intervenção prevista no Centro de Saúde, com um valor aproximado de oitocentos mil euros, é considerada urgente, uma vez que a inexistência de condições físicas adequadas compromete o exercício do ato médico. Também se está a desenvolver um trabalho ao nível dos recursos humanos, nomeadamente no que respeita à disponibilidade de médicos, existindo plena consciência da realidade atual, porque todos “*vemos, ouvimos e lemos*”. -----

-----No que concerne às freguesias, referiu que o seu conhecimento resulta de um acompanhamento próximo e permanente, ao contrário da Senhora Deputada que tem um conhecimento pontual. Mencionou, ainda, que se encontra em curso o reforço de uma equipa destinada a intervir junto das freguesias e das IPSS's, bem como a existência do serviço CLDS –

Contrato Local de Desenvolvimento Social. Recordou que a primeira geração do CLDS teve um resultado negativo, situação que levou à exclusão do concelho de Celorico da Beira de futuras candidaturas durante um determinado período. No entanto, salientou que atualmente o Concelho já integra a quarta e a quinta gerações do CLDS, decorrendo os projetos com normalidade, cuja atuação se orienta para o serviço à população. -----

-----Relativamente às faixas de rodagem, proferiu que se encontram a ser realizadas intervenções, contudo, existem situações que não dependem diretamente da Câmara Municipal. A este propósito, mencionou que as obras da estrada que liga ao concelho de Trancoso, é da responsabilidade de uma empresa que ainda não cumpriu o compromisso assumido, encontrando-se o Executivo a exercer pressão para que os trabalhos sejam concretizados brevemente. Comunicou, ainda, que a estrada que liga Prados a Videmonte já se encontra reabilitada e que as obras na EN16 são da responsabilidade da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. -- -----

-----Por fim, salientou que estas reuniões se destinam ao debate de ideias e de questões do Concelho, não devendo ser utilizada para ataques de natureza pessoal. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** manifestou desagrado relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, referindo que se considera uma pessoa educada e que não aprecia que lhe sejam dirigidas acusações num tom inadequado. -----

-----De seguida, relativamente à democracia, referiu que antes do 25 de abril também existia a escolha de pessoas, embora num contexto de partido único. Acrescentou que o Senhor Presidente terá incorrido em contradições nas suas afirmações, nomeadamente no que respeita à referência ao Eng.º José Sócrates como seu correligionário, esclarecendo que não corresponde à realidade. De seguida, recordou que o Senhor Presidente iniciou o seu

percurso político no Partido Socialista, exercendo funções numa câmara socialista, tendo posteriormente alterado a sua filiação partidária. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** declarou que a Senhora Deputada estava incorreta na sua afirmação, esclarecendo que se tratava de uma Câmara eleita pelo MPT.-----

-----De seguida, a Senhora **Deputada Rosa Veloso** questionou se o Senhor Presidente da Câmara não exerceu funções de Chefe de Gabinete de um Presidente eleito pelo Partido Socialista.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** negou tal circunstância, reiterando que se tratava de uma Câmara eleita pelo MPT, acrescentando que, à data, existiu uma lista do Partido Socialista que não venceu as eleições, tendo ficado em terceiro lugar.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que em democracia, não devem ser trocadas acusações pessoais, uma vez que não se consideram adversários pessoais, mas sim representantes de bancadas distintas, com ideias diferentes, salientando que a diversidade de ideias é inerente ao exercício político.-----

-----Prosseguiu, considerando que a atração de novas empresas é positivo, pois representa uma oportunidade de desenvolvimento e criação de trabalho para o Concelho. Afirmou que nada tem contra os trabalhadores da Câmara Municipal, destacando, contudo, que o número de funcionários é relativamente elevado para seis mil e seiscentos celoricenses, correspondendo atualmente a cerca de um trabalhador por cada vinte habitantes. Comparou esta proporção à realidade das escolas, onde existe um professor para um número maior de alunos. Reiterou que a captação de investimento para o Concelho é uma necessidade compartilhada por todos e que trará benefícios significativos para a comunidade. -----

-----Continuou, dizendo, que foi considerada ignorante, mas está disposta a aprender e adquirir novos conhecimentos. Considerando que sempre viveu fora de Celorico da Beira é natural que surjam dúvidas, contudo sempre demonstrou apreço pela sua terra natal, promovendo-a e elogiando-a, através da sua profissão, sempre que lhe foi possível. Enfatizou ainda o orgulho de ser celoricense, pradense, nascida na Guarda. Reforçou que os seus objetivos baseiam-se na aprendizagem contínua e na defesa dos seus antepassados, procurando esclarecer dúvidas de forma construtiva. -----

-----De seguida, mencionou que se o Campo de *Padel* foi financiado qual o motivo para os celoricenses suportarem novamente os custos desse equipamento desportivo. Referiu-se, também, aos denominados “botões de pânico” solicitando o número exato de utilizadores. -----

-----Ainda sobre os funcionários da Autarquia, recordou que vários trabalhadores saíram de pequenas empresas do Concelho para ingressarem na Câmara, tendo, essa prática, contribuído para a obtenção da maioria absoluta do atual Executivo. Nessa sequência, destacou que o orçamento destinado ao pagamento dos funcionários da Câmara já ultrapassa 54% da despesa corrente, salientando que este valor não se refere ao orçamento total, mas sim às despesas correntes, o que justifica a escassez de obras realizadas nos últimos oito anos. -----

-----Por fim, sublinhou que o Executivo deve manter uma postura de educação e respeito, lembrando que as maiorias absolutas têm gerado resultados negativos ao longo da história, nomeadamente com o Eng.º José Sócrates e o Dr. Júlio Santos. Referiu, ainda, as buscas efetuadas pela Polícia Judiciária na Autarquia, ficando a aguardar os resultados dessas ações. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que a Senhora Deputada apresentou um discurso retórico e sem substância, ressaltando que não basta ter ideias, é essencial que as mesmas sejam acompanhadas de honestidade nas palavras e nas ações. Acrescentou,

ainda, que a Senhora Deputada revelou desconhecimento relativamente a várias situações, apontando, como exemplo, a falsa afirmação de que teria exercido funções num Executivo do Partido Socialista. Nesse seguimento esclareceu que, no ano em que o MPT venceu as eleições Autárquicas, exerceu funções como Chefe de Gabinete do Dr. Júlio Santos durante cerca de três meses e, posteriormente, cerca de um ano com o Eng.º Caetano. Reiterou que nessas eleições o Partido Socialista ficou em terceiro lugar. Reforçou que não afirmou que a Senhora Deputada era correligionária do Eng.º José Sócrates, mas que destacou a necessidade de assumir heranças políticas anteriores, reconhecendo que o Eng.º José Sócrates, na qualidade de chefe de Governo da altura, também, implementou algumas medidas positivas. No entanto, sublinhou que a atuação do atual Executivo não se identifica com essas situações do passado. -----

-----De seguida, passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, a fim de prestar esclarecimentos relativamente à questão dos “botões de pânico”.----

-----A Senhora **Vice-Presidente Teresa Cardoso** informou que a Câmara Municipal está a dar resposta a todas as pessoas que solicitaram o programa de teleassistência, totalizando, atualmente, dezoito beneficiários. Esclareceu que, sempre que há uma nova solicitação, a Câmara contacta a entidade parceira responsável pelo serviço, garantindo a prestação imediata da assistência. Acrescentou, ainda, que não há interesse em ter os aparelhos armazenados no Município, uma vez que têm de pagar uma mensalidade, contudo a resposta é prestada sempre que surge uma necessidade. -----

-----Ainda relativamente ao este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** considerou a postura da Senhora Deputada inadequada ao afirmar que Celorico da Beira não dispõe de resposta nesta área e ao estabelecer comparações com outros concelhos. Tal como o projeto de georreferenciação de idosos, que foi pioneiro no Concelho, também o

projeto relacionado com a carrinha de proximidade é pioneiro, envolvendo o Comando Territorial da Guarda, a ULS, o Centro de Saúde e os Bombeiros, com o objetivo de proporcionar acompanhamento, proximidade e respostas mais eficazes a quem mais necessita, em particular às pessoas idosas das aldeias. Sublinhou que é fundamental que os factos fiquem devidamente registados e que não se olhe apenas para o que é realizado noutros territórios, ignorando o trabalho que já é desenvolvido no Concelho. -----

-----Relativamente aos concursos públicos nas Autarquias Locais, afirmou que os concursos obedecem exatamente às mesmas regras que os restantes concursos do setor público, sendo abertos a todas as pessoas. Referiu, ainda, que a Senhora Deputada mencionou que a Câmara não renovou contratos a trabalhadores. Nesse sentido, solicitou que indicasse concretamente um trabalhador que se encontre nessa situação.-----

-----Por fim, em relação às obras, destacou a requalificação das escolas, das pequenas ETAR's, do Canil Intermunicipal, do Parque Industrial A25, bem como um conjunto de intervenções que aguardavam a sua realização há vários anos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente a ata número cinco, referente à primeira sessão de funcionamento da Assembleia Municipal do dia vinte e nove, do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e cinco, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. ---

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----A Senhora **Deputada Hélia Susana Granjal Trindade**, segunda secretária da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a situação financeira do Município é estável. A dívida registou uma redução substancial, resultado do cumprimento rigoroso das obrigações financeiras da Autarquia. Esta estabilidade financeira proporciona o conforto necessário para intervir e avançar com um conjunto alargado de projetos, alguns já candidatados, outros em fase de execução e alguns já adjudicados com montantes significativos. Existem projetos que ainda não avançaram, não por responsabilidade direta da Câmara Municipal, mas devido a constrangimentos burocráticos e a entidades externas, nomeadamente organismos da administração central e, no caso concreto da habitação, o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Estas situações geram particular preocupação no que respeita aos projetos financiados pelo PRR, uma vez que existem prazos rigorosos de execução,

sendo fundamental que as respostas sejam rápidas. Ainda assim, há intervenções em perspetiva que poderão avançar num curto espaço de tempo. Destacou, ainda, que sempre foi entendimento do Executivo a necessidade de manter as contas equilibradas e não assumir despesas sem cobertura orçamental. Quando assumiu funções, existiam pagamentos em atraso superiores a mil dias, resultantes de contas muito atrasadas e de incumprimentos generalizados. Atualmente, os pagamentos são efetuados atempadamente, conferindo credibilidade financeira ao Município e permitindo-lhe ter acesso a crédito. Sublinhou, igualmente, que um dos problemas estruturais destes territórios é um comércio local algo estrangulado, consequência da reduzida população e da menor dinâmica económica, sobrevivendo muitas vezes da interação da Autarquia com os comerciantes, ainda que a legislação da contratação pública imponha algumas limitações. Quer a nível local, quer fora do Concelho, os prazos de pagamento são agora normais e razoáveis, sendo muitas despesas pagas semanalmente e a maioria liquidada no prazo de trinta dias. Esta realidade confere consistência, conforto e tranquilidade à gestão municipal, motivo pelo qual o Executivo só pode manifestar satisfação, uma vez que se verificou uma evolução muito significativa, resultante não apenas de políticas concretas, mas sobretudo de uma mudança de atitudes, comportamentos e práticas de gestão que permitiram a normalização da situação financeira do Município. -----

-----**4.3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2025**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2025, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Chefe da Divisão Financeira e de Contratação, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----Relativamente à situação financeira do Município, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que à presente data, encontra-se dentro do expectável, apresentando resultados semelhantes aos do ano transato. Esta estabilidade financeira resulta do esforço desenvolvido ao longo dos últimos oito anos, esperando que se mantenha. O Município cumpre integralmente todas as suas obrigações financeiras, quer junto dos fornecedores, quer junto da banca, dispondo atualmente de capacidade para investir. No que respeita à execução orçamental, à presente data a execução da receita situa-se próxima dos 76%, enquanto a execução da despesa se encontra perto dos 53%. Estes valores são semelhantes aos registados no mesmo período de dois mil e vinte e quatro, prevendo-se que venham a aumentar com a aprovação da 3.ª Revisão Orçamental, que permitirá proceder aos ajustes de final de ano e do próximo exercício, tendo em conta algumas situações ainda por acertar, bem como a contabilização das receitas e dos pagamentos a efetuar até ao final do ano.

-----Relativamente ao endividamento, referiu que o mesmo tem vindo a reduzir dentro do esperado, sendo essa redução efetuada, essencialmente, através da amortização dos empréstimos em curso.-----

-----Os resultados financeiros à presente data evidenciam uma melhoria face ao período homólogo do ano anterior, ainda que seja necessário aguardar pelos valores definitivos a trinta e um de dezembro. Ainda assim, perspetiva-se a existência de um excedente orçamental significativo, que podem aproveitar no próximo ano.-----

-----Em conclusão, afirmou que a situação financeira do Município mantém-se saudável, com bons níveis de execução da receita, realidade que poderá igualmente ser aferida através do Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre, remetido para conhecimento da presente

Assembleia Municipal. Sublinhou, ainda, que o trabalho técnico realizado pelos serviços municipais é sempre isento, neutro e desligado de considerações políticas, tratando-se de um trabalho de natureza técnica, devidamente fiscalizado por Revisores Oficiais de Contas externos, que validam a informação financeira tratada internamente pela Câmara Municipal. -----

-----De seguida, passou a palavra ao Chefe de Divisão Financeira e de Contratação para uma explicação mais detalhada sobre o assunto. -----

-----O Chefe de Divisão começou por dizer que a realização desta revisão orçamental tem sido uma prática recorrente nos últimos anos, uma vez que, no final de cada exercício, é efetuada uma revisão com o objetivo de ajustar o valor do orçamento a uma estimativa mais realista da execução. Esta revisão orçamental tem como finalidade reduzir o valor global do orçamento, atendendo a que vários projetos não foram executados ao longo do ano por diversos motivos. No total, a redução orçamental é de cerca de três milhões, cento e setenta e quatro mil euros. Esta diminuição permite obter uma taxa de execução mais próxima da realidade da atividade do Município. Aproveitou-se ainda esta revisão orçamental para proceder ao ajuste dos valores de alguns projetos nos anos seguintes, uma vez que se revelaram necessários acertos no âmbito da execução de projetos, nomeadamente o projeto da EN16, que já se encontra adjudicado, sendo necessário adequar o valor global do orçamento, de forma a coincidir com o que está previsto no orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** pretendeu saber se a referida redução orçamental se deve ao facto de ter sido inicialmente inscrita despesa para obras que, posteriormente, não foi executada. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que a redução orçamental se deve, essencialmente, a obras previstas no orçamento inicial que acabaram por não ser executadas, nomeadamente, as intervenções no âmbito do programa 1.º Direito, que representa um dos maiores ajustes. Referiu que houve um procedimento concursal com um valor superior a um milhão de euros que ficou deserto, não tendo, por esse motivo, existido qualquer execução financeira associada a esse projeto. Entretanto foi lançado novo procedimento, prevendo-se que a respetiva execução venha a ocorrer em dois mil e vinte e seis. Assim, o ajustamento orçamental incide sobretudo nas despesas de capital, nomeadamente obras que não foram executadas devido a concursos desertos, ausência de financiamento ou atrasos nos projetos, situações que ocorrem com alguma frequência. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções e vinte e quatro votos a favor, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2025.**-----

-----**5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI PARA 2025**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião do Executivo, realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, submetendo à Assembleia Municipal a aplicação nos termos do art.º 112.º, do CIMI, de uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,35% para prédios urbanos, para o ano de 2025, bem como a aplicação da redução da taxa de IMI prevista no nº 1 do artigo 112º - A, do CIMI, para os agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes. -----

-----Relativamente a este ponto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que os impostos municipais estão diretamente relacionados com as finanças da Autarquia, assumindo particular importância, tendo em conta o tecido empresarial existente no Concelho.

Estes impostos são essenciais para o equilíbrio financeiro. Recordou que, após as reduções efetuadas em anos anteriores, nomeadamente no IMI, no IRS e na Taxa de Derrama, a proposta do Executivo vai no sentido da manutenção da Taxa de IMI nos 0,35%, salientando que qualquer alteração efetuada no presente ano apenas produziria efeitos em dois mil e vinte e sete. Referiu que caso a Câmara dispusesse de outras fontes de receita, como acontece noutras autarquias, designadamente impostos turísticos, de passagem ou outros, seria mais fácil ponderar novas reduções. Destacou, igualmente, a evolução favorável das finanças municipais, referindo que estes impostos já estiveram no teto máximo e que atualmente se encontram em valores mais reduzidos. Assim, a proposta apresentada consiste na manutenção da Taxa de IMI em 0,35%, continuando a aplicar-se o IMI Familiar, com reduções em função do número de dependentes. Relativamente ao IRS, a proposta é a manutenção da taxa nos 3%. No que respeita à Derrama, a proposta é, igualmente, a manutenção da taxa no valor máximo, com exceção das pequenas e microempresas, que representam a quase totalidade das empresas do Concelho, às quais se aplica a taxa mínima de 0,01%. Referiu, ainda, que a taxa máxima incide essencialmente sobre empresas ligadas ao setor energético, nomeadamente eólicas e painéis solares, que constituem uma parte significativa da receita municipal. Quanto à Taxa dos Direitos de Passagem referiu que se mantém no valor máximo, considerando que é consensual a sua manutenção. -----

-----De seguida passou a palavra ao Chefe de Divisão para uma explicação mais detalhada sobre o assunto. -----

-----O Chefe de Divisão começou por referir que a redução de impostos é sempre difícil de estimar quanto ao seu real impacto nas contas da Autarquia. Nesse sentido, solicita sempre ao Executivo que sejam ponderadas as alterações às taxas de impostos, tanto no sentido da redução como do aumento, procurando quantificar aproximadamente o

respetivo impacto financeiro, uma vez que tais decisões podem ter efeitos negativos nas contas do Município. Mencionou ainda que o objetivo deverá ser, tendencialmente, a redução dos impostos, alertando, contudo, para a necessidade de prudência, de modo a não colocar em causa o equilíbrio da contabilidade financeira do Município. Salientou que a Autarquia dispõe de poucas fontes de receita corrente, sendo os impostos uma das principais, pelo que a diminuição destas receitas poderá ter impacto nos resultados financeiros. Destacou, ainda, a importância de manter um resultado financeiro positivo e saudável para o Município. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que a bancada do Partido Socialista gostaria de apresentar uma proposta com valores inferiores aos propostos pela Câmara Municipal, reconhecendo, ainda assim, que a Câmara Municipal de Celorico da Beira é uma das Autarquias que já apresenta taxas de IRS e de IMI mais baixas em comparação com outras Câmaras. Não obstante, salientou que a Taxa de IMI é um imposto que tem impacto direto nos munícipes, por estar associado aos imóveis que detêm, pelo que sugeriu que, caso fosse possível, se procedesse à sua redução, ainda que apenas em uma décima. Embora tenha sido referido pelo Chefe de Divisão o impacto financeiro que a redução de uma décima poderia representar, mas tendo em conta as declarações do Senhor Presidente da Câmara quanto à boa situação financeira do Município, poderia aliviar a carga fiscal dos munícipes no que respeita ao IMI. Relativamente à Taxa de Derrama, a bancada do Partido Socialista manifestou concordância com a fixação da taxa em 1,5%, salientando que este imposto incide essencialmente sobre grandes empresas, nomeadamente aquelas cujo volume de faturação é superior a cento e cinquenta mil euros. No que respeita à participação variável no IRS, a Bancada do Partido Socialista defende igualmente a sua redução.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** mencionou que as contas se encontram regularizadas e equilibradas, uma vez que, para além da situação financeira corrente, existe a obrigatoriedade legal do cumprimento do equilíbrio orçamental. Recordou que, no ano transato, o Executivo foi alvo de críticas por elementos da bancada do Partido Socialista, tendo, ainda assim, sido possível alcançar o equilíbrio orçamental, embora de forma muito ajustada, precisamente devido às receitas provenientes destes impostos. Referiu que o ideal seria a inexistência de impostos, caso existissem outras receitas que os compensassem, mas alertou para o atual contexto de incerteza, instabilidade e riscos sistémicos, salientando a instabilidade verificada nos mercados financeiros e a imprevisibilidade do futuro próximo. Nesse sentido, considerou que, por uma questão de prudência e bom senso, a manutenção das taxas se afigura como a opção mais razoável. Acrescentou que o Município pretende continuar a dar resposta a diversas necessidades da população, em particular das camadas mais vulneráveis, estando a ser ponderado o reforço dessas respostas que, em alguns casos, implica o aumento do número de colaboradores da Câmara Municipal. De seguida, a título de exemplo, referiu a necessidade de garantir respostas alternativas para a população sénior com limitações de mobilidade, que não consegue usufruir das Piscinas Municipais, sendo necessário levar essas respostas aos lares de idosos e às Aldeias do Concelho. Tudo isso acarreta custos associados, mas que representam um investimento na qualidade de vida, sobretudo daqueles que são mais frágeis e necessitam de maior apoio. Deu ainda conhecimento que, no ano anterior, o concelho de Celorico da Beira foi o quinto a nível nacional com menor taxa de mortalidade, o que reflete o trabalho desenvolvido. -----

-----Concluiu, reforçando, que por uma questão de razoabilidade e também por aconselhamento do responsável financeiro, a proposta é no sentido da manutenção das taxas, admitindo que, no futuro, possam vir a

ser reavaliadas face à evolução económica e à eventual fixação de mais empresas no Concelho, o que implicará um aumento das receitas fiscais. ---

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções e vinte e cinco votos a favor, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa de IMI para 2025, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----**6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2025**

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião do Executivo, realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, submetendo à Assembleia Municipal o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2025, bem como aplicar uma taxa reduzida de derrama com um valor de 0,01%, às empresas com um volume de negócios inferior a 150 000€. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa da Derrama para 2025, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----**7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2026**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião do Executivo, realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, submetendo à Assembleia Municipal a fixação em 3% da Taxa de Participação Variável de IRS para 2026. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções e vinte e cinco votos a**

favor, aprovar a Proposta de Fixação da Participação Variável de IRS para o ano económico de 2026, conforme proposto pela Câmara Municipal. -----

-----**8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2026**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada a discussão e aprovação deste Órgão uma proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião do Executivo, realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, submetendo à Assembleia Municipal a aplicação, nos termos da alínea b), do nº 3, do art.º 169º, da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2026. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2026, conforme proposto pela Câmara Municipal.** -----

-----**9. ORÇAMENTO, GOP'S, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2026**-----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, foi o Orçamento e GOP's para o ano de 2026 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----No âmbito deste assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, após ter efetuado uma resenha sumária da situação financeira do Município, passava a palavra ao Chefe de Divisão para prestar uma explicação mais técnica e detalhada.-----

-----O Chefe de Divisão começou por dizer que o Orçamento é sempre elaborado de acordo com os princípios legais em vigor, nomeadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e respetivas alterações, bem como no POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais — e no SNC-AP — Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. Referiu que o Orçamento integra todas as previsões de receita e despesa para os anos seguintes, sendo que os valores previstos para o ano de dois mil e vinte e seis são vinculativos, enquanto os valores relativos aos anos subsequentes são meramente indicativos. Acrescentou que se trata de um documento que deve ser obrigatoriamente aprovado pelo Executivo até ao dia trinta de novembro e, posteriormente, submetido à aprovação da Assembleia Municipal. Contudo, salientou que, tratando-se de um ano de eleições, a legislação permite que o Orçamento seja aprovado até três meses após a realização das eleições.-----

-----De seguida, mencionou que o Orçamento é composto pelo Plano Plurianual, pelas GOP's — Grandes Opções do Plano, onde se encontram incluídos todos os projetos do Município, as quais integram o PPI — Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, que correspondem a despesas correntes. Acrescentou que o Orçamento é igualmente composto pelas Demonstrações Financeiras Previsionais, cuja apresentação não era exigida nos Orçamentos de Estado dos anos anteriores. No entanto, para o ano de dois mil e vinte e seis, essa isenção não consta do Orçamento de Estado, tornando necessária a sua apresentação. Estas demonstrações financeiras correspondem, essencialmente, ao Balanço, à Demonstração de Resultados e à Demonstração de Fluxos de Caixa, sendo elaboradas com base em estimativas sustentadas nos valores previstos no Orçamento. As Normas de Execução Orçamental contemplam um conjunto de regras que definem as orientações gerais relativas à forma como o Orçamento será executado.

-----No que respeita à receita, o Orçamento prevê um montante global de cerca de vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros, dos quais aproximadamente quinze milhões de euros correspondem a receita corrente e cerca de dez milhões e quinhentos mil euros a receita de capital. O Orçamento da receita corrente, previsto para dois mil e vinte e seis, resulta da média da receita corrente dos últimos vinte e quatro meses. Sendo o Orçamento de natureza plurianual, os valores projetados para os anos subsequentes foram atualizados com base na taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e seis, estimada em cerca de 2,1%. Ainda relativamente às receitas, referiu que uma parte significativa provém dos fundos estatais, designadamente do FEF — Fundo de Equilíbrio Financeiro cujo montante é fixado no Orçamento de Estado e que, para o ano de dois mil e vinte e seis, regista um ligeiro aumento de cerca de duzentos e oito mil euros face ao ano anterior. Foi ainda prevista uma estimativa do saldo de gerência a transitar para o ano de dois mil e vinte e seis, no valor aproximado de quatro milhões e quatrocentos mil euros. À presente data, o diário de tesouraria apresentava um saldo de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros, valor que irá transitar a trinta e um de dezembro para o próximo ano e que será integrado no Orçamento através da primeira revisão orçamental, a realizar em fevereiro, momento em que será ajustado o valor global do Orçamento de forma a refletir a totalidade do saldo de gerência transitado. A receita corrente tem um montante aproximado de quinze milhões de euros, sendo que uma parte substancial desse valor, cerca de sete milhões e quinhentos mil euros, corresponde ao FEF. Salientou que a maior parte da receita do Município tem origem em fundos do Estado, uma vez que a Autarquia dispõe de poucas receitas próprias. Para além dos impostos, das taxas cobradas e da venda de bens e prestação de serviços, que representam uma parcela reduzida da receita total, o Município depende, essencialmente, das transferências estatais. No que se refere às despesas de capital, há um montante global de cerca de dez milhões e quinhentos

mil euros. A maioria das receitas de capital está associada a candidaturas e ao financiamento das obras que o Município se propõe executar. A grande parte das obras apenas pode ser concretizada mediante cofinanciamento comunitário ou do Estado, razão pela qual, estando previsto para dois mil e vinte e seis um elevado volume de investimento, se verifica, igualmente, um volume significativo de receitas de capital, estimado em cerca de cinco milhões e seiscentos mil euros.-----

-----Em relação à despesa, referiu que o Orçamento prevê um montante global de cerca de vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros, correspondendo ao montante total da receita. Deste valor, aproximadamente treze milhões e quinhentos mil euros correspondem a despesa corrente e cerca de doze milhões de euros a despesa de capital. A despesa corrente foi calculada com base na média dos últimos doze meses, sendo que os valores projetados para os anos seguintes foram atualizados com a taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado. Salientou que parte da despesa corrente resulta de contratos já assumidos pelo Município, sendo que estas obrigações financeiras encontram-se previstas no Orçamento. Relativamente às despesas com pessoal, estas foram calculadas de acordo com o Mapa de Pessoal, incluindo as atualizações salariais previstas para o próximo ano, nomeadamente do salário mínimo e das carreiras da função pública. Referiu, ainda, outras despesas correntes, como aquisições de bens e serviços, juros suportados com empréstimos e transferências que se reportam, essencialmente, a subsídios atribuídos a associações e outras entidades, num total aproximado de um milhão e cem mil euros. No que concerne à despesa de capital, mencionou que os investimentos previstos deverão obter financiamento estimado em cerca de oito milhões e oitocentos mil euros, enquanto outras despesas de capital, no valor de aproximadamente dois milhões e seiscentos mil euros, não estão associadas a qualquer financiamento. Salientou que a maior parte da despesa corrente é consumida pelas despesas com pessoal, representando cerca de 26% do

total do Orçamento. Comparativamente com a média nacional a despesa paga com pessoal situa-se em torno de 31%. Contudo, na execução orçamental do Município, este valor tende a aproximar-se dos 41%. No domínio das despesas de capital, estas correspondem, essencialmente, a investimentos financiados. Para dois mil e vinte e seis prevê-se um volume elevado de investimento, considerado um dos maiores dos últimos anos. Incluem-se investimentos no âmbito do programa 1º Direito, que possuem prazos vinculativos devido às candidaturas, projetos no âmbito do Portugal 2030, designadamente através do Programa de Investimentos Territoriais Integrados da CIMBSE, cujos valores poderão ser reajustados consoante a reprogramação da CCDR, e ações financiadas no âmbito da Proteção da Floresta, nomeadamente ações de estabilização de emergência resultantes dos incêndios de dois mil e vinte e cinco. Existem, também, investimentos a realizar na Aldeia Histórica de Linhares da Beira, através da Associação das Aldeias Históricas, bem como projetos financiados pelo Estado fora de fundos comunitários, como a EN16, cujo contrato está apenas pendente do visto do Tribunal de Contas, com execução prevista em duzentos e quarenta dias, sendo esperada a obtenção do visto no início de janeiro, garantindo a execução quase total em dois mil e vinte e seis. A Autarquia já recebeu um financiamento de quinhentos mil euros, no presente ano, para a execução da obra. Outro projeto é a requalificação do Edifício da Antiga Escola Profissional, com investimento previsto de seiscentos e dezassete mil euros, tendo já recebido um financiamento do Estado no valor de trezentos e oito mil euros, podendo o valor final ser ajustado consoante a reprogramação das candidaturas. Disse, também, que se pretende instalar a futura Loja do Cidadão em Celorico da Beira, no edifício adjacente à Escola Profissional, cuja requalificação se prevê realizar quase na totalidade durante o próximo ano, caso a execução decorra conforme planeado.-----

-----Em termos gerais, referiu que as receitas correntes são suficientes para cobrir as despesas correntes, sendo que a maior parte destas se

destina a despesas com pessoal e à aquisição de bens e serviços. Acrescentou que uma parte das receitas correntes será igualmente utilizada para financiar algumas despesas de capital. Salientou, ainda, que, caso sejam executados os projetos que se encontram atualmente em curso, nomeadamente aqueles cujos concursos estão a ser lançados, o ano de dois mil e vinte e seis será marcado por um elevado volume de despesas de capital. De uma forma global, o Orçamento apresenta um montante aproximado de vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros, tratando-se de um dos maiores orçamentos dos últimos anos, ainda que não seja o maior Orçamento alguma vez aprovado pelo Município. Referiu que se encontra previsto um montante aproximado de seis milhões de euros de investimento financiado, acrescido de cerca de dois milhões de euros adicionais, totalizando aproximadamente nove milhões de euros de investimento, o que representa um aumento substancial face ao exercício anterior. Nos últimos anos, o Município passou igualmente a assumir competências transferidas pelo Estado para as Autarquias, com um impacto estimado em cerca de um milhão de euros no Orçamento. Todos estes fatores contribuem para o aumento gradual dos orçamentos municipais, sendo que, para o ano de dois mil e vinte e seis, o elevado volume de investimento constitui o principal motivo do acréscimo verificado em relação ao ano transato. -----

-----Por fim, destacou como principais pontos do Orçamento o elevado montante de investimento previsto, não só para dois mil e vinte e seis, mas também para os cinco anos seguintes, incidindo essencialmente na requalificação das infraestruturas municipais e na habitação social, sendo que a concretização de alguns desses investimentos encontra-se dependente da aprovação e eventual reprogramação de candidaturas. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** solicitou esclarecimentos relativamente às despesas com pessoal, questionando se tal despesa se encontra incluída nas despesas correntes. De seguida, referiu que o

montante das despesas correntes é de treze milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos e trinta e dois euros, enquanto a despesa com pessoal ascende a sete milhões, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e oito euros, representando um valor significativamente superior ao indicado no gráfico apresentado, onde o peso das despesas com pessoal surge como correspondendo a 28,7% do valor global do Orçamento. Nesse sentido, solicitou, também, esclarecimentos quanto à percentagem das despesas correntes que será destinada a despesas com pessoal, bem como quanto à parcela da despesa corrente que se prevê que venha a ser utilizada para financiar os investimentos.-----

-----O Senhor **Deputado Diogo Achando** referiu que o aumento do Orçamento para dois mil e vinte e seis deve-se, essencialmente, ao investimento financiado, aprovado e pronto a executar. Esclareceu que este crescimento incide na despesa de capital e não na despesa permanente, não colocando em causa o equilíbrio financeiro do Município nem a dívida. Relativamente ao Mapa de Pessoal, mencionou que o mesmo sofreu ajustamentos em resultado da transferência de competências do Estado para as Autarquias e de necessidades operacionais identificadas. Ainda assim, sublinhou que o peso da despesa com pessoal no Orçamento global diminuiu, tendo passado de 35% para 28,7%. Acrescentou que, embora seja verdade que a despesa com pessoal represente 50% da despesa corrente, o Orçamento não deve ser analisado apenas nessa perspetiva, devendo antes ser considerado o seu peso no total do Orçamento, o qual se encontra controlado. Referiu ainda que alguns dos investimentos agora previstos já constavam de orçamentos anteriores, tendo sido objeto de planeamento, elaboração de projetos e candidaturas em dois mil e vinte e cinco, sendo que em dois mil e vinte e seis se verifica a aprovação do financiamento e a respetiva execução no terreno. Considerou que isso representa uma gestão responsável dos fundos disponíveis. Destacou que os resultados deste trabalho começam a

ser visíveis no território e na economia local, com empresas do Concelho reconhecidas como PME's de excelência, empregando mais de duzentas pessoas. Salientou que o Município não cria empresas, mas cria condições, infraestruturas e estabilidade. Acrescentou que existem empresas em fase de instalação ou em perspetiva de se fixarem no Concelho. -----

-----Por fim, afirmou que, da sua parte, nunca fará das Assembleias Municipais um espaço para ajustes de contas ou confrontos políticos, reafirmando que a sua intervenção se centrará sempre na discussão de soluções, decisões e resultados para Celorico da Beira.-----

-----O Chefe de Divisão respondeu que o valor das despesas com pessoal corresponde, efetivamente, a cerca de 50% das receitas correntes, valor que se encontra em linha com o que tem vindo a verificar-se nos anos anteriores em termos de previsão orçamental. Acrescentou que a questão da execução efetiva dessas despesas será analisada aquando da prestação de contas. Esclareceu, ainda, que a despesa com pessoal apenas pode ser realizada de acordo com o que se encontra previsto no Mapa de Pessoal e em conformidade com os critérios definidos para a elaboração do Orçamento. Relativamente à questão sobre a parte da receita corrente que será utilizada para suportar as despesas de capital, referiu que, tendo o Orçamento uma previsão de receita corrente de cerca de quinze milhões de euros e uma despesa de capital de aproximadamente treze milhões e quinhentos mil euros, significa que existe um saldo de cerca de um milhão e meio de euros de receita corrente que poderá sustentar a despesa corrente. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que, tendo em conta que a despesa com pessoal representa cerca de 49%, pretendeu saber se é possível a execução de todas as obras previstas, atendendo a que, apesar de serem financiadas, esse financiamento está condicionado ao

cumprimento de determinados prazos. A título de exemplo, referiu o caso da habitação social, obra que já constava do Orçamento anterior, mas que não foi executada, porque o concurso público ficou deserto. Salientou que os procedimentos concursais são, por natureza, morosos e sujeitos a prazos legais, questionando em que momento a obra terá de se iniciar ou estar concluída para que seja assegurado o financiamento previsto de 75%. - -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que após a aprovação da candidatura, e à medida que a obra vai sendo executada, são apresentados pedidos de pagamento à entidade financiadora, correspondentes à despesa executada até esse momento, sendo que, na maioria das candidaturas, existem adiantamentos de verbas que permitem o arranque das obras. Contudo, existe sempre um esforço financeiro por parte da Câmara Municipal, uma vez que nem todas as candidaturas são financiadas a 100%. No caso concreto da habitação social, numa fase inicial, estava previsto um financiamento integral, desde que a obra fosse executada dentro dos prazos estabelecidos no âmbito do PRR. No entanto, atendendo a que o prazo de execução da obra não poderá coincidir com o termo do PRR, fixado em trinta de junho de dois mil e vinte e seis, a obra terá de ir dezoito meses para além desse prazo. Acrescentou que a maioria dos projetos constantes no PPI apresenta os valores discriminados por anos, de acordo com a informação recebida sobre a execução das obras e das respetivas candidaturas, sendo feita uma estimativa da execução financeira distribuída ao longo do período de realização. No caso da habitação social e tendo em conta o prazo de execução de dezoito meses, é estimado que o Município venha a receber 75% da verba considerada elegível. Esclareceu ainda que, em função da execução da obra e dos pedidos de pagamento apresentados, o Município irá recebendo as verbas de financiamento de forma faseada, de acordo com o progresso da execução. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que tudo o que se encontra inscrito no Orçamento tem de dispor do respetivo financiamento assegurado, salientando que o Orçamento é plurianual e que existem intervenções a executar nos próximos anos, para as quais é necessário garantir, desde já, a correspondente dotação financeira. Referiu que o projeto do Parque Urbano do Escorial encontra-se concluído, sendo uma das obras que implicará maior volume de investimento, dado o seu custo substancial, prevendo-se a sua execução ao longo de um período de três a quatro anos. No que respeita à habitação social, o projeto no âmbito do programa 1.º Direito contempla duas vertentes distintas. Uma delas corresponde ao arrendamento acessível, cujas obras são financiadas a 100%, sendo responsabilidade do Governo, designadamente do IHRU. Relativamente à construção de habitação social, reiterou que o primeiro concurso ficou deserto, motivo pelo qual será lançado novo procedimento. Esclareceu ainda que, no âmbito do PRR, os financiamentos encontram-se garantidos a 100% até trinta e um de agosto, sendo que, após essa data, poderá não se verificar o financiamento integral. Nesse cenário, o Município terá de assegurar uma parte do investimento, podendo recorrer ao financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI), não estando ainda definida a percentagem de financiamento. Acrescentou que é expectável que a obra não seja concluída em dois mil e vinte e seis, prolongando-se até dois mil e vinte e sete, tendo o Executivo optado pela sua continuidade por considerar que se trata de um investimento relevante em termos patrimoniais e de reforço da resposta habitacional. Disse que existe um conjunto de obras em diferentes fases de desenvolvimento, nomeadamente algumas já adjudicadas, outras com projeto concluído e outras com financiamento parcialmente garantido. Salientou que os financiamentos não provêm exclusivamente do PRR, existindo uma componente significativa de fundos provenientes do Portugal 2030, designadamente dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) da

CIMBSE. No que respeita à Loja do Cidadão, comunicou que se encontra assegurado um financiamento superior a meio milhão de euros, ainda que insuficiente para a totalidade da obra, sendo, contudo, intenção do Município avançar de imediato, dado tratar-se de fundos do PRR. Mencionou, ainda, a requalificação do Edifício dos Paços do Concelho e do Parque do Leilão do Gado, cuja obra será colocada a concurso, uma vez que o projeto já se encontra concluído, considerando tratar-se de um espaço que deve ser reformulado. Referiu, igualmente, a requalificação de um edifício de apoio no Parque Industrial, com o objetivo de apoiar as empresas e promover o desenvolvimento daquela área. Deu ainda conhecimento que se encontram em curso obras no Pavilhão Gimnodesportivo, bem como trabalhos de recuperação e manutenção em Escolas e Jardins de Infância. Acrescentou que será assegurado o financiamento das obras no Posto da GNR, sendo posteriormente o Município reembolsado na totalidade, solução adotada com o objetivo de agilizar o processo, sem encargos para a Autarquia. Concluiu, referindo que existe um conjunto alargado de obras com financiamento garantido, bem como uma reserva financeira que permite ao Município recorrer ao financiamento bancário, caso venha a ser necessário. Relativamente às despesas com pessoal, esclareceu que parte dos recursos humanos é financiada por programas do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, como o Radar Social, o CLDS, entre outros. No setor da saúde, existe igualmente financiamento proveniente do Ministério da Saúde destinado à cobertura de custos com mão-de-obra. Tal situação explica a existência de um número significativo de trabalhadores, associado a um reforço dos serviços prestados à comunidade, em resposta ao envelhecimento progressivo da população.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** disse que, ao analisar o mapa da evolução do Orçamento Municipal, verifica-se que nos anos em que ocorrem eleições, o Orçamento apresenta um aumento significativo,

salientando que, em dois mil e vinte e um, o Orçamento registou um aumento de cerca de quatro milhões de euros e, em dois mil e vinte e cinco, registou um acréscimo de cerca de cinco milhões e quatrocentos mil euros. -----

-----De seguida, pretendeu saber qual o montante financeiro suportado pela Câmara Municipal em resultado da transferência de competências. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que em termos de execução, as despesas associadas à transferência de competências ascendem a cerca de setecentos mil euros, incidindo essencialmente sobre despesas com pessoal. Referiu que existem diversas tipologias no âmbito do Fundo de Financiamento da Descentralização, através do qual são transferidas verbas destinadas à conservação de edifícios, despesas com pessoal e outras rubricas, sendo que, no seu conjunto, os valores se situam aproximadamente nesse montante. Acrescentou ainda que as transferências do Estado para as áreas da Educação e da Ação Social ascendem a um valor próximo de um milhão de euros. Indicou que são, igualmente, transferidas verbas para a conservação dos edifícios escolares, contudo, atendendo a que a escola foi recentemente alvo de obras de remodelação, a necessidade de despesa nesta área é, atualmente, reduzida. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** disse que, com base nos esclarecimentos prestados, conclui que a transferência de competências do Estado para a Câmara Municipal não exige um volume de despesa significativo por parte da Autarquia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a evolução do volume do orçamento tem vindo a aumentar, o que considera normal. Referiu que, nos anos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, o orçamento atingiu valores muito elevados devido ao pagamento de dívidas.

Posteriormente, registou-se uma quebra e um período de estagnação, associados aos ciclos de financiamento. Acrescentou que o ano de dois mil e vinte correspondeu a um ciclo de financiamento que suportava a maior parte dos custos. Esclareceu ainda que as Autarquias de pequena dimensão, sem financiamento externo, nomeadamente fundos europeus, apesar da existência de alguns fundos nacionais, como os destinados à remodelação do edifício da Escola e à EN16, não teriam capacidade para realizar obras com visibilidade. Após um período de crescimento, verificou-se uma estagnação resultante da transição entre quadros comunitários, uma vez que o Portugal 2020 terminou em dois mil e vinte, mantendo-se a sua execução até dois mil e vinte e três. Adiantou, também, que o Portugal 2030 apenas ficou ativo em 2023/2024, pelo que a situação descrita é perfeitamente normal e não se verifica apenas em anos eleitorais. Referiu ainda existir uma contradição nessa leitura, uma vez que para o ano de dois mil e vinte e seis, período pós-eleitoral, está previsto um orçamento superior ao do ano de eleições. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e vinte e cinco votos a favor, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.** -----

-----**10. MAPA DE PESSOAL PARA 2026** -----

-----Sobre o assunto em título e dando cumprimento ao estipulado na alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, conjugado com a alínea o), do nº 1, do art.º 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com a alínea a), do nº 2, do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, foi o Mapa de Pessoal para o ano de 2026 colocado a discussão e aprovação deste Órgão, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Mapa de Pessoal vai-se ajustando em função das necessidades do Município. Comunicou que tem havido um número significativo de trabalhadores que passaram à aposentação, bem como situações contratuais de carácter instável. Considera necessário que os trabalhadores tenham maior estabilidade, pois é importante para a organização dos serviços, para a vida profissional dos funcionários e para o seu desempenho na Câmara Municipal. Esclareceu que os ajustamentos efetuados resultam da necessidade de dar resposta ao aumento dos serviços e à saída de trabalhadores, salientando que não é possível assegurar a oferta de serviços e a qualidade de vida à população sem recursos humanos suficientes. Referiu, ainda, que as Piscinas Municipais estiveram encerradas durante vários anos, tratando-se de um equipamento que, atualmente, é reconhecido como de elevada importância para o Concelho. Esse equipamento é frequentado por crianças, jovens e população sénior, o que implica a existência de um número significativo de trabalhadores para o seu funcionamento. -----

-----De seguida passou a palavra ao Chefe de Divisão para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que o Mapa de Pessoal é apresentado pela Secção de Recursos Humanos e prevê todos os postos de trabalho da Autarquia, quer ocupados, quer por ocupar, abrangendo contratos a termo certo e contratos por tempo indeterminado. Referiu ainda que, na execução do Orçamento, tem de estar prevista a totalidade da despesa constante no Mapa de Pessoal, que tem tido uma evolução de acordo com as orientações do Executivo e as necessidades dos serviços. Fez ainda uma ressalva, referindo que os valores previstos no Orçamento incluem os aumentos decorrentes da atualização do salário mínimo nacional, bem como as progressões nas carreiras da função pública

resultantes da avaliação de desempenho, que passaram a ter impacto direto nas contas da Autarquia. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2026.** -----

-----**11. 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL - APAL-SIM**-----

-----Foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Revisão ao Orçamento identificada em epígrafe, aprovada em reunião do Conselho de Administração da APAL-SIM, realizada em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Neste momento ausentou-se, temporariamente, da sala a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, não participando na respetiva discussão e votação dos pontos onze, doze e treze da Ordem de Trabalhos, invocando impedimento profissional, por fazer parte integrante da APAL.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que a APAL é uma entidade intermunicipal que se rege pelas mesmas regras da Câmara Municipal, no que respeita às necessidades e aos equilíbrios orçamentais, tanto nas receitas como nas despesas. Esclareceu que esta entidade integra, atualmente, os municípios da Guarda, Celorico da Beira, Sabugal e Manteigas, prevendo-se, a curto prazo, a adesão de novos municípios. Acrescentou que essa adesão resulta das necessidades existentes e da obrigatoriedade de realização de investimentos significativos, nomeadamente nas redes de abastecimento de água, na qualidade da água, entre outros, estando em causa investimentos de valor elevado no território. Referiu ainda que tais investimentos apenas são viáveis através de uma entidade de maior escala, com uma população superior a quarenta mil habitantes, condição necessária para a apresentação de determinadas

candidaturas. Portanto, a relação da Câmara Municipal com a APAL, em matéria orçamental, tem de estar refletida no Orçamento Municipal, sendo que os valores apresentados são os ajustamentos correspondentes às necessidades previstas para o ano de dois mil e vinte e seis. -----

-----De seguida passou a palavra ao Chefe de Divisão para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que a terceira revisão ao orçamento da APAL se deve ao facto de, no presente ano, estarem a ser recebidas receitas que não se encontravam previstas no Orçamento inicial, correspondentes a receitas relativas ao ano anterior. Referiu que essa situação implica o ajustamento do valor do Orçamento, permitindo a execução de despesa prevista até trinta e um de dezembro, nomeadamente algumas transferências para as autarquias. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e vinte e um votos a favor, aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM do ano 2025.** -----

-----**Votaram favoravelmente nesta deliberação os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação.**-----

-----**Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento.** -----

-----**12. PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2026-ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS - APAL-SIM**-----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a proposta de orçamento identificada em epígrafe, aprovada em reunião do Conselho de Administração da APAL-SIM, realizada em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Chefe de Divisão para uma explicação mais técnica e detalhada sobre o assunto. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que a APAL-SIM segue as mesmas regras orçamentais do Município. O documento apresentado corresponde à proposta do Conselho de Administração da APAL para o orçamento previsto para o ano de dois mil e vinte e seis, sendo que os critérios de elaboração são, na sua maioria, os mesmos utilizados pelo Município, encontrando-se, especialmente, direcionados para as áreas da água e do saneamento. Referiu ainda que se encontram previstos os investimentos a realizar em cada um dos municípios que integram a APAL-SIM, estando alguns desses investimentos dependentes da aprovação de financiamento. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e vinte e quatro votos a favor, aprovar o Orçamento 2026 Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados - APAL-SIM.**-----

-----**Votaram favoravelmente nesta deliberação os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação.**-----

-----**Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento.** -----

-----**13. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2026-ÁGUAS PÚBLICAS EM ALTITUDE, SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS - APAL-SIM** -----

-----Sobre o assunto, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão o Mapa de Pessoal identificado em epígrafe, aprovado em reunião do Conselho de Administração da APAL-SIM, realizada em vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que a APAL é uma empresa recente, que se encontra em fase de consolidação e de definição do quadro de pessoal necessário ao seu funcionamento. Comunicou que a entidade registou um crescimento significativo, contando atualmente com cerca de cem trabalhadores. Acrescentou que, tendo em conta a necessidade de melhoria dos serviços nas diversas áreas, e considerando as limitações e condicionantes existentes, pretende-se que, nos vários concelhos, existam trabalhadores afetos à APAL, preferencialmente aqueles que já exerciam funções nesses municípios no setor da água e do saneamento. Referiu que foi colocada a possibilidade de transição voluntária desses trabalhadores para a APAL, não tendo existido grande recetividade, à exceção do Município da Guarda, onde, devido à existência do serviço do SMAS, uma parte significativa dos trabalhadores transitou para a APAL. Esclareceu que a indisponibilidade para a transição não se prende com perda de estabilidade ou de direitos de carreira, mas sim com a existência de regimes e horários de trabalho distintos dos praticados nas Câmaras Municipais, uma vez que os trabalhadores externos se encontram em regime contínuo e, na empresa intermunicipal, passariam para um regime descontínuo. Adiantou ainda que, no caso de transição, estaria prevista a bonificação correspondente à subida de um escalão. Não se verificando essa integração, a APAL recorrerá à abertura de concursos com vista a assegurar a prestação dos serviços em cada Concelho, sempre que necessário, quer na área do saneamento básico, quer na área do abastecimento de água.-----

-----O Senhor **Deputado Francisco Cabral** apresentou uma declaração de voto referente à votação dos pontos anteriores e do presente ponto respeitantes à APAL-SIM, a qual se transcreve: -----

-----“O PS tem vindo a ser contra esta Associação da APAL pelos motivos explanados por diversas vezes nas anteriores sessões da

Asssembleia Municipal. Assim, mantêm o mesmo sentido de voto como conferido até ao momento e votarão contra o presente ponto.” -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e vinte e quatro votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal para o Ano 2026 Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados - APAL-SIM.**-----

-----**Votaram favoravelmente nesta deliberação os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação.**-----

-----**Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento.** -----

-----Retomou os trabalhos a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo.-----

-----**14. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - 1º SEMESTRE 2025**-----

-----Foi presente para conhecimento o Relatório do Auditor Externo relativo ao primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** disse que, ao consultarem o relatório, constatarem um aumento das transferências e das receitas, mas também um aumento do prejuízo em relação ao ano transato. Indicou que o prejuízo atual ascende a quarenta e oito mil, duzentos e setenta e quatro euros. Nessa sequência, pretendeu saber as causas dessa situação. -----

-----O Chefe de Divisão esclareceu que, no primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro, a APAL ainda não se encontrava em funcionamento, o que significa que todas as receitas eram cobradas diretamente pelo Município.

Referiu que, em dois mil e vinte e cinco, a receita da APAL incide essencialmente sobre águas e saneamento, enquanto a receita relativa aos resíduos sólidos urbanos (RSU) continua a ser do Município, embora, por conveniência, seja cobrada através da APAL. No presente ano, a APAL ainda não transferiu para o Município a receita dos RSU, estimada em cerca de trezentos mil euros, que será transferida até ao final do ano. Esta situação justifica a diferença verificada, afirmando que, caso a receita dos RSU tivesse sido recebida atempadamente, o resultado seria, provavelmente, muito mais positivo em relação ao período homólogo do ano anterior. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**15. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dizer que conforme estipulado no n.º 1, do art.º 49.º, do Regimento da Assembleia Municipal e na alínea b), do n.º 1, do Regimento Interno da Comissão Permanente, na primeira sessão de cada mandato, é constituída uma Comissão Permanente, composta por sete elementos efetivos e por número igual de suplentes, distribuídos proporcionalmente de acordo com o assento da Assembleia Municipal e presidida pelo Presidente da Mesa. Nessa sequência, é necessário proceder à sua constituição.-----

-----Em representação do PS, foram sugeridos para integrar a Comissão Permanente os Senhores Deputados: -----

-----**EFFECTIVOS:**-----

-----Rosa Maria Cunha Veloso;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral.-----

-----**SUPLENTES:**-----

-----Frederico Manuel Martins de Sena; -----

-----António Joaquim Fernandes Gomes. -----

----- Em representação do PPD/PSD, foi sugerido para integrar a Comissão Permanente os Senhores Deputados: -----

----- **EFFECTIVOS:**-----

----- Carlos Miguel da Costa Cunha; -----
----- Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----
----- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques; -----
----- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo; -----
----- Pedro Almeida Santos. -----

----- **SUPLENTES:**-----

----- Liliana da Cruz Marques; -----
-----Hélia Susana Granjal Trindade; -----
-----Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----
-----Gabriela Tomás Rodrigues; -----
----- Joaquim Lopes Abreu. -----

-----**Submetidas a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas.**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à consideração do plenário a realização da próxima reunião da Comissão Permanente no Salão Nobre dos Paços do Município. Questionou, ainda, as bancadas com assento na Assembleia Municipal sobre a continuidade da descentralização destas reuniões pelas Freguesias do Concelho, de modo a permitir a participação da população, ou se as reuniões deverão passar a realizar-se exclusivamente no Salão Nobre. -----

-----As bancadas manifestaram, por unanimidade, concordância em prosseguir com a descentralização das reuniões da Comissão Permanente pelas Freguesias. Assim, e cumprindo a ordem alfabética, a próxima

reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia da Mesquitela. -----

-----**16. ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 83.º, da Lei 75/2013, de 12/09, a Assembleia Intermunicipal é constituída por membros de cada Assembleia Municipal, sendo que, no caso de Celorico da Beira, são dois membros. Nos termos do disposto no nº 2, do referido artigo, a eleição ocorre em cada Assembleia Municipal pelo colégio eleitoral, constituído pelo conjunto dos membros eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior a 2 e que devem apresentar, pelo menos, 1 suplente.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que se iria proceder à votação para a eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal, votando somente os membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral.-----

-----Seguidamente, de acordo com o n.º 2, do art.º 83.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à apresentação das listas para a eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela.-----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, em nome da Bancada do PPD/PSD, apresentou uma lista, designada por Lista A, propondo os seguintes elementos:-----

-----**Efetivos:**-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Pedro Almeida Santos.-----

-----**Suplentes:** -----

-----Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo.-----

-----A Senhora **Deputado Rosa Veloso**, em nome da bancada do PS, apresentou uma lista, designada por Lista B, propondo os seguintes elementos: -----

-----**Efetivos:** -----

-----Paulo Manuel Lopes Achando; -----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral.-----

-----**Suplentes:** -----

-----Frederico Manuel Martins de Sena; -----

-----António Joaquim Fernandes Gomes. -----

-----Seguidamente, procedeu-se, por escrutínio secreto, à eleição de dois membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM das Beiras e Serra da Estrela, tendo os mandatos sido distribuídos segundo o sistema de representação proporcional e o método de *Hondt* de acordo com o n.º 3, do art.º 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

-----**Lista A:** 11 votos.-----

-----**Lista B:** 5 votos. -----

-----Face aos resultados atrás referidos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu conhecimento de que foram eleitos os seguintes elementos: -----

-----**Efetivos:** -----

-----Joaquim Lopes de Abreu – PPD/PSD;-----

-----Pedro Almeida Santos – PPD/PSD. -----

-----**Suplentes:** -----

-----Paulo Manuel Lopes Achando - PS;-----

-----Diogo Pedro Frias Cardoso Achando – PPD/PSD. -----

-----**17. CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL NOMEAÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que nos termos da alínea e), do n.º 2, do art.º 157.º D, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação, é necessário proceder à eleição de um autarca de freguesia, a eleger pela Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, como vogal.

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, em nome da bancada do PPD/PSD, apresentou uma lista, designada por Lista A, propondo os seguintes elementos: -----

-----**Lista A:**-----

-----**Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, Nelson Pina Soares;-----

-----**Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, Bruno Alexandre Castro de Almeida. -----

-----Seguidamente, nos termos da Lei, procedeu-se, por escrutínio secreto, à eleição de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

-----**Face aos resultados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Lista A foi eleita com vinte e quatro votos a favor e seis votos em branco. Assim foram eleitos: o Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, Nelson Pina Soares, como efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, Bruno Alexandre Castro de Almeida, como suplente.** -----

-----**18. COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS NOMEAÇÃO DE ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que nos termos da alínea b), do n.º 3, do art.º 29, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, é necessário proceder à nomeação de até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela Assembleia Municipal, para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. ----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, em nome da Bancada do PPD/PSD, apresentou uma lista propondo os seguintes elementos: -----

-----**Efetivos:** Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz, Nuno Miguel Lopes Valente Xavier.-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Sérgio Rafael Augusto dos Santos.-----

-----**Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia de Prados, Maria Goreti da Fonseca Galante.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Senhora Deputada Rosa Veloso o abordou no sentido de os pontos seguintes serem votados de braço no ar. Nessa sequência, colocou à consideração do plenário a forma de votação dos pontos seguintes, por escrutínio secreto ou por voto de braço no ar, atendendo ao facto de ter sido apresentada apenas uma lista. -----

-----**A proposta de voto de braço no ar foi aprovada por unanimidade.**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada.-----

-----**Foi aprovada por unanimidade a nomeação do Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz, Nuno Miguel Lopes Valente**

Xavier e do Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal, Sérgio Rafael Augusto dos Santos, como efetivos. Foi ainda nomeada como suplente a Presidente da Junta de Freguesia de Prados, Maria Goreti da Fonseca Galante.-----

-----**19. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 1, d) do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Celorico da Beira, bem como no disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, é necessário eleger um Presidente de Junta, para representar as Freguesias do Concelho, no Conselho Municipal de Educação. -----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, em nome da Bancada do PPD/PSD, apresentou uma lista propondo os seguintes elementos: -----

-----**Efetivo:** Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo. -----

-----**Suplente:** Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Maria de Fátima dos Santos Patrício. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada. -----

-----Foi aprovada, por maioria, com cinco abstenções e vinte e seis votos a favor, a eleição da Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, como efetiva e da Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Maria de Fátima dos Santos Patrício, como suplente. -----

-----**20. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, nos termos da alínea i), do artigo 41.º, da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, é necessário proceder à nomeação de um representante das Juntas de Freguesia, a designar pela Assembleia Municipal, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, em nome da Bancada do PPD/PSD, apresentou uma lista propondo os seguintes elementos: -----

-----**Efetivo:** Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, Fernando Fonseca Veiga. -----

-----**Suplente:** Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa, Rui Manuel Dias Bernardo.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada.-----

-----**Foi aprovada, por maioria, com cinco abstenções e vinte e seis votos a favor, a nomeação do Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, Fernando Fonseca Veiga, como efetivo e do Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa, Rui Manuel Dias Bernardo, como suplente.**-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou a todos um Santo e Feliz Natal, junto dos familiares e amigos, com muita saúde e um ano de dois mil e vinte e seis próspero e pleno de realizações, expressando o desejo de que os objetivos de cada um se concretizem. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

-----O Presidente da Mesa -----

-----A Primeira Secretária -----

-----A Segunda Secretária-----
